

Fundação Getulio Vargas

**Tópico:** EPGE

**Veículo:** Valor Econômico -  
SP

**Página:** Capa/A13

**Data:** 19/03/2014

**Editoria:** Brasil

**Pedro Ferreira e Renato Fragelli**

Não é verdade que a melhor distribuição de renda tenha decorrido, principalmente, das políticas sociais após 2003. **A13**

# Desigualdade no Brasil e na China

**Pedro Ferreira e  
Renato Fragelli**



**D**e acordo com a teoria tradicional, quando um país pobre e fechado se abre para o comércio internacional, há uma melhoria em sua distribuição de renda. Isto ocorre porque as exportações de produtos primários provocam um aumento da demanda por seus trabalhadores de baixa qualificação, gerando elevação de seus salários; ao mesmo tempo em que as importações de produtos de maior conteúdo tecnológico diminuem a demanda por seus trabalhadores mais qualificados, provocando queda de seus salários.

Na China, em contraste com a teoria resumida acima, a desigualdade de renda vem aumentando. Uma possível explicação para esse fenômeno é que a maior desigualdade chinesa talvez seja apenas temporária. Até 1978, a China vivia em estagnação e pobreza. Após as reformas de Deng Xiaoping, o país passou

a crescer aceleradamente. A agressiva promoção de exportações e, de forma alguma menos importante, o crescimento exponencial das importações, levaram a China a especializar-se em setores nos quais o país tinha maior produtividade, bem como a importar bens de setores em que, por uma razão ou outra, sua produtividade era baixa. O resultado foi a ampliação dos manufaturados cuja produção requer intensivo emprego de trabalho de baixa qualificação, em detrimento da produção de commodities minerais e agrícolas.

Como consequência, houve uma grande migração das áreas rurais para urbanas. Nas cidades, houve acelerado aumento da renda, tanto na indústria como nos serviços. Centenas de milhões de pessoas saíram da pobreza, talvez em um ritmo jamais visto anteriormente, embora alguns tenham enriquecido mais que os outros. No caso daqueles que ficaram no campo, a renda evoluiu lentamente, de modo que a distância entre a renda rural média e a renda urbana daqueles que se juntaram aos setores dinâmicos aumentou muito.

Mas é provável que, conforme mais e mais chineses continuarem a migrar para as cidades, a crescente escassez de mão de obra no campo provoque elevação dos salários rurais e, portan-

to, menor desigualdade entre campo e cidade. Na Coreia do Norte, em contraste com o observado na China, a distribuição de renda certamente mantém-se mais igualitária — afinal, todos são igualmente miseráveis — e, como não há crescimento, permanecerá assim por muito tempo. Isto sim é um problema.

**As políticas públicas  
com maior impacto  
são as estruturais,  
como a ampliação de  
ensino pré-escolar**

No Brasil, o crescimento recente da renda per capita veio acompanhado por diminuição da desigualdade. Embora governistas e petistas em geral tentem se apropriar disto, não é verdade que a melhora da distribuição de renda tenha decorrido principalmente das políticas sociais implantadas a partir de 2003. O aumento acelerado da educação, assim como fatores demográficos, explicam a maior parte da queda da desigualdade. A parcela da queda da desigualdade decorrente das políticas de transferências e aumento do salário mínimo é estimada entre um terço e vinte por cento da redução total da desigualdade. Não é pouco, mas não é tudo.

Desde finais dos anos 80, tem

ocorrido uma melhoria da escolaridade, ainda que a ritmo mais lento do que o desejável. A taxa de analfabetismo, que era de cerca de 20% no final dos anos oitenta, situa-se hoje abaixo de 9%. A escolaridade média da população adulta aumentou em 3 anos, e a dos jovens mais ainda. No mesmo período, a frequência escolar dos jovens entre 15 e 17 anos passou de 55% para 84%. Como o número de pessoas educadas que entram no mercado de trabalho vem crescendo, o valor de mercado de cada ano adicional de estudo vem caindo.

Ao mesmo tempo, diminui o número de trabalhadores pouco educados que entram no mercado, o que provoca a elevação dos salários desses trabalhadores de menor renda. Por esse mecanismo, a renda dos pouco educados tem avançado mais rapidamente — em ritmo chinês — que a dos mais educados — que cresce em ritmo europeu. O resultado é a redução da desigualdade.

Tanto no caso chinês quanto no caso brasileiro, somente em um sentido muito amplo pode-se dizer que foram as políticas públicas as responsáveis pela piora ou melhoria da distribuição de renda, respectivamente. No caso Chinês, trata-se de um efeito colateral de seu processo de crescimento que tende a se reverter com o tempo e, dentro de certos limites, poderá ser ameni-

zado com o fim das restrições à migração interna e ampliação dos direitos básicos a todos trabalhadores. No Brasil, está mais ligado ao aumento da escolaridade e forças de mercado do que aos aumentos do salário mínimo ou de programas de transferência como o Bolsa Família. Além disto, os dados recentes parecem indicar que este processo perdeu ímpeto. E tende a perder mais ainda, devido à desvalorização do câmbio real que o país vem experimentando. A partir do estágio atual, as políticas públicas com maior impacto são as estruturais, como a ampliação de ensino pré-escolar, e a melhoria da qualidade da educação.

Tendo atingido seu nível atual, é pouco provável que o salário mínimo possa continuar subindo continuamente acima da produtividade média do trabalho. Desta forma seria recomendável que o próximo governo compensasse essa realidade desmontando políticas claramente regressivas, como as restrições ao comércio internacional, a universidade pública gratuita para os mais privilegiados e o crédito subsidiado por bancos públicos concedidos a empresas e grupos escolhidos por critérios misteriosos.

**Pedro Cavalcanti Ferreira e Renato Fragelli Cardoso** são professores da Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV)